

**PROCESSO DE PROMOÇÃO 2023 DAS CLASSES DE ESPECIALISTA AMBIENTAL - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL.**

**EDITAL N.º 09/2025.**

**PROVA OBJETIVA.**

**CLASSE: ESPECIALISTA AMBIENTAL III P/ ESPECIALISTA AMBIENTAL IV.**

**Leia atentamente as INSTRUÇÕES:**

1. Não será permitido ao candidato realizar as provas usando óculos escuros, (exceto para correção visual, ou fotofobia, desde que informe no ato da inscrição), ou portando aparelhos eletrônicos, (mesmo desligados), celular, qualquer tipo de relógio, chaves, carteira, bolsa, acessórios que cubram o rosto, a cabeça, ou parte desta.
2. Será eliminado deste Concurso Público, o candidato que fizer uso do celular e/ou aparelho eletrônico, no local onde está ocorrendo o mesmo; o candidato cujo celular e/ou aparelho(s) eletrônico(s), mesmo desligado(s), emitir(em) qualquer som, durante a realização das provas. No decorrer de todo o tempo em que permanecer no local, onde ocorre o Concurso Público, o candidato deverá manter o celular desligado, sendo permitido ativá-lo, somente após ultrapassar o portão de saída do prédio.
3. **Sob pena de ser eliminado deste Concurso Público**, o candidato poderá manter em cima da sua carteira apenas lápis, borracha, caneta, um documento de identificação, lanche, (exceto líquido). **Outros pertences**, antes do início das provas, o candidato deverá acomodá-los **embaixo de sua cadeira**, sob sua guarda e responsabilidade.
4. Confira se sua prova tem **64 questões**, cada qual com **05 alternativas**.
5. Verifique seus dados no cartão-resposta, (nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu), **ASSINE** o mesmo.
6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica, (tinta azul, ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, rasuradas, ou marcadas diferentemente, do modelo estabelecido no cartão-resposta, serão anuladas.
7. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
8. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem, confira-o com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova. Caberá apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A Prova Objetiva terá duração máxima de **3h30min.**, (**três horas trinta minutos**), incluso o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato poderá retirar-se do local da prova somente **1h, (uma hora)**, após seu início, levando o caderno de prova.
11. Ao terminar sua prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido, assinado e retirar-se do recinto, onde está ocorrendo a mesma, não lhe sendo mais permitido o uso do banheiro e bebedouro.
12. Os **3, (três)**, candidatos que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, só poderão sair juntos, após o fechamento do envelope, contendo os cartões-respostas dos candidatos presentes e ausentes, assinarem no referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.

**BOA PROVA!**

**1. A Constituição Federal de 1988, atribui especial proteção aos povos indígenas, reconhecendo seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Com base no disposto no art. 231, da CF/88, assinale a alternativa correta.**

- a) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios aquelas por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- b) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente ou temporária, cabendo-lhes o usufruto compartilhado das riquezas do solo e dos rios nelas existentes, mediante autorização da União.
- c) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas dependem, exclusivamente, de autorização do Poder Público.
- d) Compete, exclusivamente, aos Estados-membros demarcar, proteger e fazer respeitar todos os bens das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- e) As terras indígenas são alienáveis e podem ser objeto de arrendamento a terceiros, desde que respeitados os usos, costumes e tradições dos povos indígenas.

**2. A Constituição Federal de 1988, dedica um artigo especial para tratar do meio ambiente. Analise as afirmativas sobre o art. 225, da CF/1988 e assinale a alternativa incorreta.**

- a) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- b) O Poder Público tem o dever de definir, onde existir, espaços territoriais a serem protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, podendo garantir a sua utilização apenas em situação de utilidade pública ou interesse social.
- c) A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- d) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- e) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

**3. São objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, (Lei n.º 6.938/1981), exceto:**

- a) Imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.
- b) Garantir que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, executem a política e as diretrizes governamentais de maneira adequada, segundo seus princípios definidos em Lei.
- c) O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.

d) O desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.

e) A compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

**4. Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, (PNMA), são mecanismos legais, administrativos e econômicos para gerenciar e proteger o meio ambiente. Diante disso, assinale a alternativa que apresente, somente, exemplos de instrumentos econômicos da Lei n.º 6.938/1981.**

a) Informações relativas ao Meio Ambiente, avaliação de impactos ambientais e seguro ambiental.

b) Cadastro Técnico Federal de Atividades, Instrumentos de Defesa Ambiental e concessão florestal.

c) Sistema Nacional de Informações sobre o meio ambiente, concessão florestal e Relatório de Qualidade do Meio Ambiente.

d) Concessão florestal, servidão ambiental e seguro ambiental.

e) Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, zoneamento ambiental e servidão ambiental.

**5. Em consonância com as normas sobre o licenciamento ambiental definidas na Política Estadual do Meio Ambiente, (Lei Estadual n.º 9.059/1997), de São Paulo, é correto afirmar que:**

a) A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento, no órgão estadual competente, integrante do SEAQUA, (Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais), sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

b) É obrigatório realizar Audiência Pública sobre o processo de licenciamento ambiental para casos de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva, potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente.

c) No exercício da ação fiscalizadora, os agentes de fiscalização somente poderão entrar em dia e hora agendado, com antecedência mínima de 30 dias, em estabelecimentos e propriedades públicos ou privadas.

d) Os órgãos integrantes do SEAQUA, na análise dos projetos submetidos ao seu exame, exigirão que sejam adotadas, medidas capazes de assegurar que as matérias-primas, insumos e bens produzidos, tenham padrão de qualidade igual ou melhor, quando comparado com o ambiente natural, mesmo que este esteja em condições adversas.

e) O EIA/RIMA será realizado por técnicos habilitados, sem a obrigatoriedade do termo de Responsabilidade Técnica, (RT).

**6. De acordo com o art. 251, da Lei Estadual n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968 e suas alterações, são penas disciplinares aplicáveis, exceto:**

a) Suspensão.

b) Aposentadoria compulsória.

c) Multa.

- d) Demissão.
- e) Repreensão.

**7. Nos termos da Lei Estadual n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968 e suas alterações, identifique a alternativa incorreta.**

- a) É permitido atribuir ao funcionário serviços diversos dos inerentes ao seu cargo, mediante remuneração extra e compensatória.
- b) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário.
- c) Carreira é o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, escalonadas segundo o nível de complexidade e o grau de responsabilidade.
- d) Classe é o conjunto de cargos da mesma denominação.
- e) Quadro é o conjunto de carreiras e de cargos isolados.

**8. Considerando-se o disposto no art. 21, da Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, analise as afirmações e indique a alternativa correspondente.**

**I- Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.**

**II- As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de restrição de acesso.**

**III- É dever do Estado facilitar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades.**

- a) Estão corretas somente as afirmações I e III.
- b) Está correta somente a afirmação III.
- c) Estão corretas somente as afirmações II e III.
- d) Está correta somente a afirmação II.
- e) Estão corretas somente as afirmações I e II.

## **FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.**

**9. No curso da apuração administrativa de infrações ambientais, os vícios formais identificados no auto de infração:**

- a) Exigem a lavratura de novo auto de infração em substituição ao anterior.
- b) Acarretam, necessariamente, a nulidade absoluta do procedimento.
- c) Impedem a continuidade da apuração administrativa em qualquer hipótese.
- d) Tornam inviável a responsabilização administrativa do infrator.
- e) Podem ser objeto de convalidação pela autoridade competente, desde que não comprometam a essência do ato administrativo.

**10. Quanto aos efeitos jurídicos da celebração do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental, (TCRA), nos termos do Decreto Estadual n.º 64.456/2019, assinale a alternativa correta.**

- a) O descumprimento do termo não gera consequências administrativas.
- b) O termo substitui o auto de infração ambiental.
- c) Sua celebração exclui, automaticamente, a possibilidade de aplicação de sanções.
- d) O termo possui natureza meramente declaratória, sem força obrigacional.
- e) A adesão ao termo implica renúncia expressa ao direito de interposição de recurso

administrativo.

**11. A distinção entre infrações de natureza instantânea, permanente e continuada, adotada pela Resolução SIMA n.º 05/2021, possui relevância administrativa direta porque:**

- a) Altera a competência do órgão ambiental fiscalizador.
- b) Define, exclusivamente, o valor máximo da multa aplicável.
- c) Influencia a apuração da infração e a aplicação das sanções correspondentes.
- d) Restringe o exercício do contraditório pelo autuado.
- e) Condiciona a validade do auto de infração ambiental.

**12. Conforme o Regime Sancionatório estabelecido pela Resolução SIMA n.º 05/2021, a penalidade de multa administrativa ambiental:**

- a) Depende de decisão judicial para sua exigibilidade.
- b) Somente é cabível após a aplicação prévia de advertência.
- c) Possui caráter, exclusivamente, indenizatório.
- d) Pode ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com outras sanções, conforme a natureza da infração.
- e) Substitui, automaticamente, a obrigação de reparação do dano ambiental.

**13. O art. 51, da Lei n.º 12.651/2012, ao tratar do acesso a informações ambientais, estabelece como diretriz fundamental que:**

- a) Os registros ambientais têm natureza, exclusivamente, interna da Administração.
- b) Os dados e registros ambientais integrantes dos sistemas oficiais possuem caráter público, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.
- c) As informações ambientais são acessíveis apenas ao proprietário do imóvel.
- d) A publicidade limita-se aos processos já encerrados.
- e) O acesso depende de autorização prévia do órgão ambiental.

**14. No Regime Jurídico do Código Florestal, o controle documental da cadeia produtiva florestal está estruturado para:**

- a) Permitir a atuação preventiva e repressiva do poder público contra a exploração irregular de recursos florestais.
- b) Substituir os instrumentos de fiscalização presencial.
- c) Afastar a responsabilidade administrativa do adquirente.
- d) Restringir-se às atividades de grande porte econômico.
- e) Viabilizar, exclusivamente, a arrecadação tributária.

**15. No âmbito do Projeto MAIS, o monitoramento ambiental por imagens de satélite está estruturado de modo a:**

- a) Limitar-se a eventos, previamente, comunicados ao órgão ambiental.
- b) Depender, exclusivamente, de informações prestadas pelos proprietários rurais.
- c) Incidir apenas sobre áreas com histórico de infrações ambientais.
- d) Possibilitar a detecção contínua e periódica de mudanças na cobertura e no uso do solo.
- e) Restringir-se à análise pontual mediante demanda específica.

**16. Considerando-se os objetivos e a lógica de funcionamento do Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites, (MAIS), instituído pela**

**Resolução SMA n.º 92/2018, os produtos e informações gerados pelo sistema devem ser compreendidos como instrumentos destinados, prioritariamente, à:**

- a) Substituir, integralmente, os sistemas oficiais de cadastro e controle ambiental já existentes.
- b) Validar, automaticamente, pedidos de licenciamento e regularização ambiental.
- c) Subsidiar o planejamento das ações ambientais, orientar a fiscalização e qualificar a tomada de decisão administrativa no âmbito da gestão ambiental.
- d) Produzir prova conclusiva e definitiva para aplicação imediata de sanções administrativas.
- e) Atender, exclusivamente, às demandas do Poder Judiciário em matéria ambiental.

## **BIODIVERSIDADE.**

**17. A Lei n.º 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, (SNUC), o grupo das Unidades de Uso Sustentável, reúne categorias que permitem a utilização racional dos recursos naturais, desde que compatível com a conservação ambiental. Tendo em mente essa classificação legal, assinale a alternativa correta.**

- a) A Reserva Biológica e a Estação Ecológica são classificadas como Unidades de Uso Sustentável em razão da possibilidade de pesquisa científica controlada.
- b) Integram o grupo das Unidades de Uso Sustentável, entre outras categorias previstas em lei, a Área de Proteção Ambiental, a Floresta Nacional, a Reserva Extrativista, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Particular do Patrimônio Natural.
- c) A Área de Relevante Interesse Ecológico e a Reserva de Fauna pertencem ao grupo das Unidades de Proteção Integral, em razão de seu elevado grau de restrição ambiental.
- d) O grupo das Unidades de Uso Sustentável tem como objetivo principal a preservação integral dos ecossistemas, vedando qualquer forma de uso direto dos recursos naturais.
- e) As Unidades de Uso Sustentável são formadas, exclusivamente, por áreas públicas destinadas à exploração econômica direta, não admitindo categorias de domínio privado.

**18. Nos termos da Lei n.º 9.985/2000, a criação, modificação e proteção das unidades de conservação obedecem a procedimentos formais e limites jurídicos específicos. Considerando-se o regime jurídico aplicável à criação e à alteração dos limites dessas unidades, à luz da referida lei, marque a alternativa correta.**

- a) A criação de unidades de conservação prescinde de estudos técnicos, desde que precedida de consulta à população local.
- b) A ampliação dos limites de uma unidade de conservação depende, necessariamente, de lei específica, ainda que não implique supressão de direitos previamente estabelecidos.
- c) A redução ou a desafetação de unidade de conservação somente pode ocorrer mediante lei específica, não sendo admitida sua realização por ato administrativo ou instrumento normativo infralegal.
- d) A criação de Estação Ecológica e Reserva Biológica exige, obrigatoriamente, consulta pública prévia, independentemente de regulamentação posterior.
- e) As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável não podem, em nenhuma hipótese, serem transformadas em unidades do grupo de Proteção Integral.

**19. A Lei Estadual n.º 13.550/2009, estabelece que a supressão de vegetação do**

**Bioma Cerrado em estágio inicial de regeneração, para as fisionomias cerrado, cerrado stricto sensu, campo cerrado e campo, observará requisitos específicos. Segundo essa Lei, indique a alternativa correta.**

- a) Está condicionada, exclusivamente, ao índice de cobertura vegetal do município, sendo dispensada a análise da situação da área de preservação permanente e da reserva legal do imóvel.
- b) Depende de prévia autorização do órgão ambiental competente, condicionada à inexistência de ocupação irregular em áreas de preservação permanente e à comprovação da existência ou regularização da reserva legal do imóvel rural, além da adoção de medidas de mitigação e compensação definidas no licenciamento.
- c) Somente poderá ser autorizada em caráter excepcional, quando destinada a obras de utilidade pública ou interesse social, mediante compensação ambiental equivalente a quatro vezes a área suprimida.
- d) É vedada nos imóveis rurais que não possuam reserva legal previamente averbada, ainda que comprovada a regularização nos termos da legislação federal aplicável.
- e) É livre de autorização ambiental quando se tratar de estágio inicial de regeneração, exigindo-se apenas comunicação posterior ao órgão ambiental competente.

**20. Considerando-se a norma jurídica da supressão de vegetação nos estágios médio e avançado de regeneração do Bioma Cerrado, conforme dispõe a Lei Estadual n.º 13.550/2009, marque a alternativa correta.**

- a) Somente poderá ser autorizada, em caráter excepcional, quando indispensável à execução de obras, projetos ou atividades de utilidade pública ou interesse social, mediante comprovação de inexistência de alternativa técnica e locacional, com exigência de compensação ambiental, equivalente a quatro vezes a área desmatada.
- b) Está sujeita, exclusivamente, à compensação por recuperação ambiental, sendo vedada a compensação por preservação de áreas com vegetação nativa do mesmo bioma.
- c) Poderá ser autorizada sempre que houver previsão em plano diretor municipal, independente da demonstração de interesse público ou social e da análise de alternativas locais.
- d) Depende apenas de autorização do órgão ambiental, não sendo exigida demonstração de excepcionalidade nem de inexistência de alternativas técnicas ou locais.
- e) É permitida desde que haja compensação ambiental simples, correspondente à recuperação de área equivalente à área suprimida, preferencialmente, fora da bacia hidrográfica afetada.

**21. De acordo com o art. 5º, da Resolução SMA n.º 32/2014, que trata das áreas prioritárias para Projetos de Restauração Ecológica, assinale a alternativa que expressa, corretamente, um critério legalmente previsto para a definição dessas áreas, observado o objetivo e o contexto regional do projeto.**

- a) Áreas situadas fora de Unidades de Conservação e de suas zonas de amortecimento, como forma de evitar restrições administrativas adicionais.
- b) Áreas, exclusivamente, localizadas em imóveis rurais produtivos, independentemente da função ambiental exercida no contexto regional do projeto de restauração.
- c) Áreas definidas, prioritariamente, pela conveniência operacional do restaurador, dispensada a análise de conectividade da paisagem regional.
- d) Áreas selecionadas apenas com base na disponibilidade fundiária, sem necessidade

de justificativa técnica quanto à sua relevância ecológica.

e) Áreas relevantes para a conservação de recursos hídricos, incluindo o entorno de nascentes e olhos d'água, perenes ou intermitentes, respeitada a legislação específica aplicável.

**22. Em consonância com o disposto no Decreto Estadual n.º 66.549, de 7 de março de 2022, do Estado de São Paulo, que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PEPSA e considerando, especialmente, os arts. 8º, 9º e 10, que tratam da instituição dos Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, das modalidades de pagamento e dos princípios e requisitos mínimos a serem observados, aponte a alternativa correta.**

a) Os Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais, (PSA), são instituídos por atos normativos dos órgãos executores, podem adotar diferentes modalidades de pagamento, devem observar princípios como publicidade, isonomia e impessoalidade, além de estabelecer objetivos, critérios de elegibilidade, arranjos de implementação, valoração e forma de pagamento.

b) Os Projetos de PSA são implementados, exclusivamente, por entidades privadas contratadas pelo Estado, sem participação de órgãos públicos, os pagamentos podem ocorrer de forma arbitrária, independente de critérios de elegibilidade ou valoração proporcional aos serviços ambientais prestados.

c) A implementação de Projetos de PSA restringe-se à compensação financeira direta aos proprietários de imóveis, não sendo permitida a utilização de recursos para fornecimento de insumos, apoio técnico ou melhorias sociais a comunidades.

d) A valoração dos serviços ambientais prestados nos Projetos de PSA é determinada exclusivamente pelo interessado, cabendo ao órgão executor apenas registrar as informações fornecidas, sem fiscalização ou verificação do cumprimento das ações previstas.

e) Os princípios que regem os Projetos de PSA permitem que cada projeto defina regras próprias sobre participação, critérios de seleção e abrangência territorial, sem necessidade de observância de normas gerais de publicidade, impessoalidade ou proporcionalidade.

**23. De acordo com o art. 3º, da Lei Federal n.º 12.651/2012, que apresenta definições legais fundamentais ao Código Florestal, é correta a alternativa:**

a) Área rural consolidada caracteriza-se pela presença exclusiva de vegetação nativa primária, sem ocorrência de ocupação humana anterior à vigência da lei.

b) Pequena propriedade rural é definida somente pela extensão territorial do imóvel, independentemente do módulo fiscal fixado para o município.

c) Área de Preservação Permanente é a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, destinada a preservar recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o bem-estar das populações humanas.

d) Área de Preservação Permanente corresponde, exclusivamente, às faixas marginais de cursos d'água perenes, não abrangendo áreas com outras funções ambientais relevantes.

e) Uso alternativo do solo refere-se apenas às atividades de reflorestamento com espécies nativas destinadas à recomposição ambiental obrigatória.

**24. Nos termos da Lei n.º 11.428/2006, que institui o regime jurídico de proteção e utilização do Bioma Mata Atlântica, determine a alternativa correta, acerca da**



**classificação da vegetação nativa e dos efeitos de intervenções irregulares sobre essa classificação.**

- a) A ocorrência de incêndio, desmatamento ou outra intervenção não autorizada, não altera a classificação jurídica da vegetação primária ou secundária do Bioma Mata Atlântica, independente do estágio de regeneração em que se encontre.
- b) A alteração da classificação da vegetação depende, exclusivamente, da intensidade do dano ambiental causado, ainda que a intervenção não tenha sido autorizada.
- c) A legislação admite a reclassificação da vegetação, quando comprovada a ocorrência de incêndio acidental, ainda que não autorizado.
- d) A vegetação secundária em estágio inicial de regeneração perde sua classificação quando submetida à intervenção não licenciada, passando a ser considerada área degradada comum.
- e) Intervenções não licenciadas implicam a descaracterização automática da vegetação primária, convertendo-a em vegetação secundária.

**USO E MANEJO DA FAUNA SILVESTRE.**

**25. O Criador Amador de Passeriformes poderá efetuar e receber até \_\_\_\_\_ transferências de pássaros, por período anual de autorização, até a publicação da lista de espécies nativas, autorizadas para criação e comercialização para animal de estimação, conforme previsto na Resolução Conama n.º 394, de 06 de novembro de 2007 e a adequação do sistema informatizado de gestão da criação de Passeriformes, (SisPass). Indique a alternativa que complete, devidamente, a lacuna.**

- a) 20 (Vinte)
- b) 30 (Trinta)
- c) 25 (Vinte e cinco)
- d) 15 (Quinze)
- e) 35 (Trinta e cinco)

**26. Ainda conforme a Instrução Normativa IBAMA n.º 10, o período mínimo entre transferências de um mesmo espécime é de:**

- a) 90 dias.
- b) 30 dias.
- c) 120 dias.
- d) 15 dias.
- e) 60 dias.

**27. Segundo a Resolução CONAMA n.º 489, de 26 de outubro 2018, os órgãos ambientais, em articulação, compartilharão os dados e informações referentes às autorizações de atividades e empreendimentos de uso e manejo de quais faunas na plataforma nacional?**

- a) Fauna campestre e da fauna silvestre em cativeiro.
- b) Fauna doméstica e da fauna silvestre em cativeiro.
- c) Fauna e Flora silvestre em cativeiro.
- d) Fauna doméstica e da fauna exótica em cativeiro.
- e) Fauna silvestre e da fauna exótica em cativeiro.

**28. Conforme a Resolução CONAMA n.º 489, de 26 de outubro de 2018, para efeito do compartilhamento e integração dos dados e informações, os atos autorizativos serão expedidos como?**

- a) Em cinco fases concomitantes ou sucessivas, de acordo com a natureza e características do empreendimento, a critério do órgão ambiental competente.
- b) Em três fases concomitantes ou sucessivas, de acordo com a natureza e características do empreendimento, a critério do órgão ambiental competente.
- c) Em duas fases concomitantes ou sucessivas, de acordo com a natureza e características do empreendimento, a critério do órgão ambiental competente.
- d) Em quatro fases concomitantes ou sucessivas, de acordo com a natureza e características do empreendimento, a critério do órgão ambiental competente.
- e) Em fase única concomitante ou sucessiva, de acordo com a natureza e características do empreendimento, a critério do órgão ambiental competente.

**29. De acordo com a Resolução SEMIL n.º 09/2025, em seu art. 3º, em que consiste a Autorização de Uso e Manejo?**

- a) Autoriza outras finalidades de uso e manejo de fauna não contempladas nos incisos I a IV deste artigo.
- b) Autoriza a soltura de espécime nativo da fauna silvestre em área de distribuição natural da espécie.
- c) Autoriza a realização das obras para a implantação, ampliação ou reforma do empreendimento de fauna.
- d) Autoriza o transporte de animais ou sua transferência entre empreendimentos de fauna.
- e) Autoriza uso e manejo das espécies autorizadas e o funcionamento do empreendimento de fauna.

**30. À luz do art.17 da Resolução SEMIL 09/2025, qual atividade está dispensada do processo autorizativo para obtenção da Autorização de Uso e Manejo?**

- a) Produção, venda, revenda de carne ou produtos alimentares e artigos que contenham todo ou parte de animal doméstico, devendo os responsáveis manterem à disposição as notas fiscais que comprovem a origem legal do material.
- b) Criação e comercialização de invertebrados para alimentação animal ou humana, mesmo quando se tratar de espécie ameaçada de extinção em listas nacionais, estaduais ou municipais, incluindo as listadas no Anexo I da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES.
- c) Criação e comercialização de invertebrados considerados pragas agrícolas, vetores de doenças ou agentes biológicos de controle, exceto quando se tratar de espécies exóticas envolvidas em processos de bioinvasão.
- d) Produção, venda, revenda de artigos de vestuário, calçados e acessórios, peças de decoração e souvenirs, cujas peças contenham no todo ou em parte couro, penas ou outras partes de animais domésticos criados ou manejados para fins de abate, devendo os responsáveis manterem à disposição as notas fiscais ou os documentos que comprovem a aquisição legal destes artigos.
- e) Hospitais e clínicas veterinárias que atendam animais domésticos.

**31. Nos termos do art. 3º, da Resolução SIMA n.º 115, de 21 de dezembro de 2022, a Autorização de Manejo in Situ deverá ser solicitada pelo interessado, por qual via?**

- a) Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - GEFAU.
- b) Sistema Integrado de Gestão de Fauna Doméstica - SIGFD.
- c) Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - SIGFS.
- d) Sistema Integrado de Gestão de Fauna Exótica - GEFAU.
- e) Sistema Integrado de Gestão de Fauna Exótica - SIGFE.

**32. Considerando-se a Resolução Conjunta SEMIL/SES n.º 01, de 26 de junho de 2023, qual a definição de hospedeiro amplificador?**

- a) É aquele que possibilita a multiplicação exponencial de um agente causador da doença, de forma aguda. Após o período de amplificação, o animal elimina o agente, não atuando como reservatório da doença.
- b) É aquele que pode ser utilizado como indicador significativo da ocorrência de um agente causador da doença. Pode ou não apresentar sintomas clínicos da doença, mas com resposta imunológica detectável por meio de exames laboratoriais.
- c) É aquele hospedeiro no qual o carrapato é capaz de completar o processo de alimentação, no entanto, com baixa eficiência, o que confere posterior baixa eficiência no processo de ecdise e na conversão do sangue ingerido em ovos pelas fêmeas de carrapatos, produzindo posturas com poucos ovos. Em geral, a presença exclusiva de hospedeiros secundários não permite que uma população de carrapatos, de uma determinada espécie, mantenha-se por mais do que poucas gerações.
- d) É aquele em que foram detectados anticorpos para um agente específico em um ensaio de soroprevalência, a partir de um determinado título de referência.
- e) É aquele hospedeiro no qual o carrapato alcança o máximo de eficiência durante o processo de alimentação, o que reflete em alta eficiência no processo de ecdise ou no processo de oviposição. A presença de hospedeiros primários, em uma área, é imperativa para que uma população de carrapatos, de uma determinada espécie, mantenha-se por várias gerações

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL.**

**33. De acordo com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, é considerado um princípio da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global:**

- a) A Educação Ambiental deve estimular a caridade, a soberania e o respeito aos recursos naturais, valendo-se de estratégias ambientais e da interação entre os povos.
- b) A Educação Ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
- c) A Educação Ambiental é um direito exclusivo da criança e do adolescente, cabendo aos adultos apenas o papel de educadores ambientais.
- d) A Educação Ambiental é individualista. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência de classe, que respeitem a hierarquia cultural entre os povos e a soberania das nações.
- e) A Educação Ambiental é neutra, não ideológica, é um ato político partidário.

**34. De acordo com a Resolução SMA n.º 187/2018, as ações de Educação Ambiental, no Sistema Ambiental Paulista, devem abranger diferentes temáticas estratégicas relacionadas à sustentabilidade socioambiental. Sobre isso, assinale a**

**alternativa correta.**

- a) A promoção de campanhas informativas pontuais, sem relação com processos educativos continuados.
- b) Exclusivamente a preservação de unidades de conservação, sem articulação com outros temas ambientais.
- c) A gestão integrada de resíduos sólidos, a avaliação de impactos ambientais e as ações de mitigação, adaptação e ampliação da resiliência frente às mudanças climáticas.
- d) Apenas conteúdos teóricos voltados à conservação da fauna e da flora.
- e) O desenvolvimento de ações educativas desvinculadas da gestão ambiental e do planejamento territorial.

**35. O Programa Nacional de Educação Ambiental, (ProNEA), compreende a Educação Ambiental como um instrumento estratégico da gestão ambiental, orientando a atuação de agentes públicos e privados na construção de políticas voltadas à sustentabilidade socioambiental. À luz das diretrizes do ProNEA, assinale a alternativa que melhor expressa o papel da Educação Ambiental na formulação e implementação das políticas públicas ambientais.**

- a) Priorizar ações educativas pontuais, centradas na transmissão de informações técnicas, de modo a garantir eficiência administrativa na gestão ambiental.
- b) Utilizar a Educação Ambiental como ferramenta de sensibilização individual, desvinculada da construção de valores culturais e da justiça social.
- c) Direcionar a Educação Ambiental para a formação de especialistas, restringindo a participação social aos momentos de consulta pública formal.
- d) Orientar processos participativos que promovam a democratização da informação, a inclusão social e o envolvimento da sociedade em todas as etapas das políticas ambientais.
- e) Valorizar, exclusivamente, iniciativas institucionais governamentais, assegurando maior controle técnico sobre a definição e a fiscalização das políticas ambientais.

**36. A Educação Ambiental, prevista no art. 225, da Constituição Federal, não se limita ao ensino formal, assumindo papel estratégico na efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Considerando-se essa perspectiva constitucional, marque a alternativa correta.**

- a) Possui caráter acessório, sendo utilizada apenas como instrumento de apoio às políticas ambientais.
- b) Tem como objetivo central a transmissão de conteúdos científicos sobre Ecologia e Preservação.
- c) Depende de legislação infraconstitucional para adquirir validade jurídica.
- d) Constitui um dever do Poder Público, devendo ser promovida em todos os níveis de ensino e articulada com a conscientização da coletividade.
- e) Representa uma diretriz educacional de aplicação exclusiva no âmbito das escolas públicas.

**37. No processo de elaboração de um Plano Estadual de Gestão Ambiental, a equipe técnica discute a inserção da Educação Ambiental como diretriz transversal das ações governamentais. De acordo com o disposto na Lei n.º 12.780/2007, assinale a alternativa que indica, devidamente, como a Educação Ambiental deve ser considerada nesse contexto.**

- a) Como instrumento restrito às fases de licenciamento e fiscalização ambiental.
- b) Como política setorial autônoma, desvinculada dos processos de gestão ambiental.
- c) Como ação educativa de apoio, a ser desenvolvida, prioritariamente, em programas de conscientização ambiental.
- d) Como componente essencial e permanente das políticas ambientais, devendo estar integrada, de forma articulada, aos diferentes níveis e modalidades dos processos de gestão ambiental.
- e) Como atividade facultativa, condicionada à disponibilidade orçamentária dos órgãos ambientais.

**38. Ao elaborar programas e projetos de Educação Ambiental, o poder público estadual deve observar objetivos que ultrapassam a mera transmissão de informações, buscando promover transformações sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, conforme os objetivos fundamentais previstos na Lei n.º 12.780/2007, indique a alternativa correta.**

- a) A Educação Ambiental deve priorizar o crescimento econômico, ainda que isso implique flexibilização de princípios sociais e culturais.
- b) A Educação Ambiental deve limitar a participação social aos espaços institucionais formais, de caráter consultivo.
- c) A Educação Ambiental deve focar, exclusivamente, na mudança de comportamentos individuais, sem articulação com processos coletivos.
- d) A Educação Ambiental deve concentrar a tomada de decisões socioambientais nos órgãos técnicos especializados.
- e) A Educação Ambiental deve contribuir para a formação de uma sociedade ambientalmente responsável, socialmente justa, culturalmente diversa, economicamente viável e politicamente participativa.

**39. Acerca do disposto na Lei n.º 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, o art. 4º estabelece os princípios básicos da Educação Ambiental. Assinale a alternativa que indique, corretamente, um dos princípios previstos nesse artigo.**

- a) A abordagem das questões ambientais de forma articulada, com enfoque regional restrito a cada estado, sem contemplar as dimensões culturais e étnicas em âmbito nacional.
- b) A garantia do ensino e da avaliação crítica do processo educativo restrita ao Nível Médio das redes estaduais de ensino.
- c) A valorização do individualismo nas ideias e nas concepções pedagógicas, ainda que organizadas sob a perspectiva da interdisciplinaridade.
- d) A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.
- e) O reconhecimento e respeito à singularidade cultural estabelecida historicamente no Brasil, desde o Período Pré-Colonial.

**40. O Decreto n.º 69.581/2025 institui o Programa Estadual de Educação Ambiental, (ProEEA), no âmbito do Estado de São Paulo. Qual é a alternativa correta, de acordo com o art. 1º, do referido decreto?**

- a) Criar um sistema autônomo de Educação Ambiental, desvinculado das políticas públicas estaduais existentes.

- b) Transferir à iniciativa privada a execução das ações de Educação Ambiental no Estado.
- c) Estabelecer penalidades administrativas para instituições que descumprirem normas ambientais educacionais.
- d) Implantar a Política Estadual de Educação Ambiental por meio de ações articuladas, integradas e permanentes, voltadas à promoção da Educação Ambiental no Estado.
- e) Definir currículo único obrigatório de Educação Ambiental para todas as redes de ensino.

## **PLANEJAMENTO AMBIENTAL.**

**41. Considerando-se o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo, (ZEE-SP), analise as afirmações sobre as zonas de gestão e suas respectivas características, depois marque a alternativa que indique todas as afirmações, corretamente, descritas no Decreto:**

**I- A Zona de Gestão I, que compreende as Regiões Administrativas Central, Barretos, Franca e Ribeirão Preto, é caracterizada por maior potencialidade na diretriz de Segurança Hídrica.**

**II- A Zona de Gestão V, que compreende a Região Administrativa de Campinas, é caracterizada por maior potencialidade na diretriz de Redução das Desigualdades Regionais.**

**III- A Zona de Gestão VIII, que compreende a Região Metropolitana de São Paulo, é caracterizada por maior vulnerabilidade na diretriz de Segurança Hídrica.**

**IV- A Zona de Gestão IX, que compreende a Região Administrativa de São José dos Campos, é caracterizada por maior vulnerabilidade na diretriz de Salvaguarda da Biodiversidade.**

- a) Apenas II e IV estão corretas.
- b) Apenas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas II, III e IV estão corretas.
- e) Apenas I, III e IV estão corretas.

**42. De acordo com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, do Estado de São Paulo, como é definido o espaço geográfico denominado Zona Costeira?**

- a) A faixa de terra de 200 metros a partir da linha de preamar.
- b) Todo o território municipal que possui fronteira com o oceano.
- c) Toda a área inserida em uma faixa interna de 150 km, paralela à linha de costa marítima.
- d) As áreas de manguezal, restinga e dunas especificamente protegidas.
- e) O espaço delimitado pelo divisor de águas de drenagem atlântica na área terrestre e, na marinha, até a isóbata de 23,6 metros.

**43. O Relatório de Qualidade Ambiental, (RQA), trata-se de um documento periódico, produzido no âmbito da Subsecretaria de Meio Ambiente. Qual é a principal finalidade desse relatório?**

- a) Substituir a necessidade de auditorias ambientais obrigatórias para o setor industrial.
- b) Informar a sociedade e os órgãos ambientais sobre os impactos gerados pela operação de um determinado empreendimento.
- c) Listar, de maneira punitiva, os municípios paulistas que não cumpriram as metas

ambientais no ano.

d) Servir, exclusivamente, como um repositório técnico de dados brutos para a comunidade científica.

e) Oferecer um panorama integrado e analítico da qualidade ambiental para subsidiar políticas públicas.

**44. Conforme apresenta a Nota Técnica sobre a Rede ZEE-SP, (2022) , a Rede ZEE-SP, configura-se, primordialmente, como:**

a) Um programa de fiscalização e monitoramento em tempo real das atividades pesqueiras na plataforma continental.

b) Uma plataforma de visualização de dados econômicos da produção, importação e exportação de mercadorias.

c) Um sistema de gestão ambiental descentralizado, operado conjuntamente pela União e pelos estados litorâneos.

d) Uma plataforma integrada de Planejamento e Gestão do Território estruturada em rede.

e) Uma rede de pesquisas oceanográficas com o objetivo exclusivo de identificar novas reservas de petróleo e gás natural.

**45. De acordo com o Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática, (PEARC), a sua concepção se fundamentou em premissas que dão base para a elaboração e para a proposição de ações de adaptação. Assinale a alternativa que, corretamente, apresente essas premissas.**

a) Análise de impactos, identificação do aumento climático, definição de ações e levantamento de problemas.

b) Reconhecimento da emergência climática, definição de ações e análise de impactos.

c) Necessidade de monitoramento, redução de desigualdades e fortalecimento de setores críticos.

d) Proteção da fauna e flora, proposição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável e participação colaborativa da sociedade.

e) Reconhecimento da emergência climática, fortalecimento da governança colaborativa e promoção da justiça climática.

**46. Qual é a finalidade principal da resolução que define procedimentos e parâmetros para o Programa Município Verde Azul?**

a) Instituir novos tributos municipais voltados para a preservação ambiental.

b) Criar o Programa Município Verde Azul e suas diretrizes originais.

c) Definir os procedimentos operacionais e os parâmetros de avaliação para a certificação no âmbito do programa.

d) Estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação no Estado de São Paulo.

e) Estabelecer normas gerais de licenciamento ambiental para empreendimentos no Estado.

**47. Para que um município seja certificado em um ciclo do Programa Município Verde Azul, qual é o requisito fundamental relacionado ao processo de avaliação?**

a) Demonstrar a inexistência total de passivos ambientais em seu território.

b) Publicar um edital municipal para contratação de consultoria ambiental especializada.

c) Atingir uma pontuação mínima estabelecida, considerando as notas obtidas nos diversos critérios temáticos avaliados.

d) Apresentar um plano de desenvolvimento sustentável que seja elaborado a partir da colaboração entre a sociedade civil, da comunidade acadêmica e do órgão ambiental estadual.

e) Ter todas as suas unidades de conservação regularmente cadastradas em um sistema federal.

**48. Sobre a natureza e os objetivos do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo, (ZEE-SP), é correto afirmar que se trata de:**

a) Um plano setorial para expansão urbana, focado no controle do uso do solo em áreas metropolitanas

b) Um estudo técnico obrigatório para o licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte.

c) Um instrumento de planejamento ambiental e territorial que ordena a gestão do território conforme suas potencialidades e vulnerabilidades.

d) Um relatório de impacto ambiental que estabelece compensações para danos em áreas de preservação.

e) Uma política estadual de incentivo fiscal para atividades econômicas sustentáveis em zonas rurais.

**RECURSOS HÍDRICOS.**

**49. A gestão dos recursos hídricos no Estado de São Paulo é estruturada a partir de instrumentos de planejamento e de um sistema institucional que busca integrar diferentes níveis de governo e a sociedade. Tomando por base os arts. 16 a 20 e 22 a 30, da Lei n.º 7.663/1991, qual alternativa é verdadeira?**

a) O Conselho Estadual de Recursos Hídricos atua de forma independente, sem integração ao sistema estadual de gerenciamento.

b) O Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos é composto por órgãos colegiados e executivos, bem como o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas, tendo como referência o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

c) A divisão do território estadual por bacias hidrográficas não é considerada no modelo de gestão previsto pela lei.

d) O Plano Estadual de Recursos Hídricos possui caráter orientativo, não influenciando ou impactando nas decisões do sistema de gerenciamento.

e) Os Comitês de Bacias Hidrográficas exercem função técnica, sem participação em processos decisórios.

**50. No âmbito da gestão das águas de domínio da União, a Lei n.º 9.433/1997, atribui competências específicas à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Com base nos arts. 32 e 33, da referida Lei, aponte a alternativa certa.**

a) A outorga de uso de águas da União é atribuição exclusiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

b) Compete à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico outorgar o direito de uso de recursos hídricos de domínio da União e fiscalizar esses usos.

c) A atuação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico limita-se à coleta de dados hidrológicos.

d) Compete à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico legislar sobre recursos



hídricos em todo o Território Nacional.

e) A implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos compete, exclusivamente, aos Comitês de Bacia.

**51. No âmbito da gestão financeira da bacia hidrográfica, a operacionalização dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, exige estrutura administrativa compatível com as atribuições legais das Agências de Bacia. Referindo-se ao artigo 4º, da Lei n.º 10.020/1998, qual alternativa é verdadeira?**

a) A cobrança pelo uso da água é operacionalizada por órgãos estaduais, com posterior repasse de informações à Agência de Bacia.

b) A Agência é responsável por administrar a subconta do FEHIDRO correspondente à bacia, efetuar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e gerir os recursos financeiros arrecadados.

c) Os recursos financeiros arrecadados na bacia são geridos diretamente pelo fundo estadual, sendo a Agência responsável por apresentar relatórios técnicos.

d) A administração dos recursos financeiros da bacia é realizada pelo Comitê, cabendo à Agência apenas acompanhar a execução orçamentária.

e) A gestão da subconta do FEHIDRO ocorre no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com participação técnica da Agência.

**52. No contexto da aplicação dos recursos do FEHIDRO, cabe identificar quem pode habilitar-se a obter financiamento e quais restrições podem incidir sobre os repasses. Com base nos arts. 12 e 13, do Decreto n.º 48.896/2004, com as alterações posteriores, localize a alternativa correta.**

a) A obtenção de recursos do FEHIDRO é restrita a órgãos públicos estaduais, não sendo admitidos consórcios intermunicipais ou instituições privadas, mesmo que realizem ações de proteção de recursos hídricos.

b) Os recursos do FEHIDRO destinados a pessoas jurídicas privadas, com fins lucrativos, podem ser incorporados ao patrimônio dessas entidades sem qualquer limitação, desde que aprovados pelo COFEHIDRO.

c) Concessionárias de serviços públicos podem acessar recursos do FEHIDRO sem observar critérios de enquadramento nos planos de bacia ou no Plano Estadual de Recursos Hídricos, bastando comprovar a prestação de serviços de saneamento.

d) Podem habilitar-se à obtenção de recursos do FEHIDRO pessoas jurídicas de direito público e privadas, incluindo concessionárias e entidades sem fins lucrativos, desde que seus projetos estejam enquadrados nos planos das bacias hidrográficas, cumpram requisitos previstos em lei e em regulamento, os recursos repassados a empresas lucrativas não poderão incorporar-se integralmente ao seu patrimônio.

e) Entidades privadas podem habilitar-se ao FEHIDRO apenas para projetos de Educação Ambiental, independente de atuação no âmbito de recursos hídricos, desde que sem fins lucrativos.

**53. Ao analisar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos instituída pela legislação estadual, um servidor questiona se este mecanismo possui caráter meramente arrecadatório, ou se integra à política de gestão dos recursos naturais. A partir dos arts. 1º ao 8º, da Lei n.º 12.183/2005, identifique a alternativa que responda, corretamente, ao questionamento deste servidor.**

a) A cobrança pelo uso da água constitui instrumento da política estadual de recursos

hídricos, não se caracterizando como penalidade nem como tributo de natureza sancionatória.

b) A cobrança corresponde à contribuição especial criada para financiamento geral da administração pública.

c) A cobrança possui caráter compensatório, destinada a indenizar o Estado pelos impactos ambientais do uso da água.

d) A cobrança tem natureza punitiva e aplica-se aos usuários que utilizarem recursos hídricos em desacordo com a outorga.

e) A cobrança configura taxa ambiental vinculada, exclusivamente, à fiscalização do uso da água.

**54. Em atendimento às normas estaduais, uma empresa usuária dos recursos hídricos, identificou discrepâncias no cálculo do valor cobrado pela utilização da água e busca compreender quais mecanismos legais estão disponíveis para tratar a situação. Para resolver a problemática apresentada, assinale a alternativa que melhor traduz o disposto em lei sobre o tema.**

a) O decreto condiciona a revisão administrativa dos valores apenas à comprovação de erro técnico, feita por perito indicado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica.

b) Os usuários não têm direito a acessar o sistema de cálculo dos valores da cobrança, cabendo ao órgão gestor manter sigilo desses dados.

c) A revisão dos valores cobrados não é permitida pelo decreto, sendo vedada qualquer compensação ou ajuste após pagamento.

d) A entidade responsável pela cobrança deve implantar sistema de informações que permita ao usuário acessar os cálculos dos valores, em caso de inconsistências, o usuário pode requerer a revisão dos valores com justificativas, podendo as diferenças serem compensadas em períodos posteriores.

e) A entidade responsável pela cobrança não é obrigada a justificar os critérios de cálculo ao usuário, que só pode contestar via ação judicial.

**55. Em um estudo costeiro, uma equipe deve verificar os usos ambientais compatíveis com águas salobras e salinas, segundo classificação prevista na Resolução CONAMA n.º 357/2005. Para resolver a problemática apresentada, assinale a alternativa que melhor expressa um uso permitido para águas salobras de Classe 1.**

a) As águas salobras de Classe 1 são permitidas, exclusivamente, para aquicultura e uso industrial, sem uso humano após tratamento.

b) As águas salobras de Classe 1 não permitem qualquer forma de recreação ou uso humano, sendo destinadas apenas à navegação e proteção das comunidades aquáticas.

c) As águas salobras de Classe 1 destinam-se, exclusivamente, à preservação de ambientes aquáticos em unidades de conservação, sem outros usos.

d) As águas salobras de Classe 1 podem ser utilizadas apenas para irrigação agrícola, sem possibilidade de uso recreativo ou abastecimento humano, ainda que realizado tratamento avançando.

e) As águas salobras de Classe 1 podem ser destinadas à recreação de contato primário, proteção das comunidades aquáticas, aquicultura, pesca, abastecimento humano, após tratamento, irrigação de hortaliças e frutas consumidas cruas.

**56. Durante a análise de um projeto de reuso urbano proposto por uma**

**concessionária, a equipe técnica questiona quais obrigações devem ser observadas pelo produtor de água de reuso, antes e durante a implantação da modalidade pretendida. Marque a alternativa que melhor explica o disposto na Deliberação CRH n.º 266/2022, sobre o tema.**

- a) O produtor deve observar normas técnicas do DAEE e da CETESB, definir usos, finalidade, localização e volume da água de reuso, além de manter registros operacionais disponíveis aos órgãos competentes.
- b) O produtor pode implantar o reuso desde que possua licença ambiental vigente, independente da identificação dos usos ou do volume de água utilizado.
- c) O produtor pode implantar o reuso em áreas públicas sem necessidade de identificação de finalidade, volume ou disponibilização de informações aos órgãos.
- d) O produtor deve comprovar capacidade técnica dos operadores, sendo facultativa a adoção de normas técnicas e a manutenção de registros operacionais.
- e) O produtor deve apenas informar o início da operação de reuso aos órgãos gestores, ficando dispensado de registros técnicos e de observância de normas específicas.

## **AGRICULTURA.**

**57. A legislação que estabelece as diretrizes para a agricultura familiar possui um alcance amplo, incluindo sob seu conceito diversos agentes que atuam no meio rural. Considerando-se essa abrangência, qual das atividades ou grupos não está, necessariamente, contemplado pela definição legal de agricultor familiar, a menos que cumpra todos os requisitos gerais da lei?**

- a) Empresas Rurais com personalidade jurídica de sociedade anônima.
- b) Silvicultores que cultivam florestas nativas.
- c) Povos indígenas que praticam agricultura.
- d) Aquicultores que criam peixes em tanques.
- e) Pescadores artesanais.

**58. Levando em conta o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, (CAF), o que o estabelecimento deste cadastro busca?**

- a) Promover a pesquisa e facilitar o acesso aos Bancos Ativos de Germoplasma, (BAGs), das instituições públicas.
- b) Estimular e ampliar o associativismo e o cooperativismo para a certificação orgânica, buscando fortalecer o empreendedorismo e as cadeias produtivas.
- c) Encorajar a transição agroecológica por meio de obtenção dos mesmos benefícios previstos em lei, para quem tem produção orgânica, com exceção dos benefícios para acesso a mercados específicos, os quais poderão ser recebidos a partir do momento em que certificarem seus produtos orgânicos, ou fizerem adesão ao Protocolo Estadual de Boas Práticas Agroambientais.
- d) Identificar e qualificar as UFPA, (Unidade Familiar de Produção Agrária), do empreendimento familiar rural e das formas associativas de organização da agricultura familiar.
- e) Reunir dados para o censo agrário do IBGE.

**59. À luz da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, (PEAPO) e das diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, qual desses não é um requisito para ser**

**enquadrado enquanto agricultor/agricultora familiar?**

- a) Utilizar, predominantemente, mão de obra da própria família, nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.
- b) Dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- c) Ter um percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo.
- d) Não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais.
- e) Possuir registro no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, (CAF).

**60. No contexto das regras específicas para a Região da Amazônia Legal, é correto afirmar que:**

- a) Em nenhuma hipótese é admitida a supressão de vegetação nativa em imóveis rurais localizados na Amazônia Legal.
- b) Propriedades com vegetação florestal que ultrapassem 50% da área do imóvel ficam ,automaticamente, isentas de qualquer obrigação relacionada à reserva legal.
- c) O percentual de vegetação nativa a ser mantido como reserva legal é uniforme em todo o Território Nacional, sem distinção para a Amazônia Legal.
- d) A área excedente de vegetação nativa, além do percentual mínimo exigido para reserva legal, não pode ser utilizada para nenhuma outra finalidade.
- e) É permitido aos proprietários ou possuidores utilizar a área excedente de Reserva Legal, para fins de constituição de servidão ambiental ou Cota de Reserva Ambiental, desde que atendidos os requisitos legais.

**61. Um dos efeitos jurídicos decorrentes da efetiva regularização ambiental, nos termos do Programa de Regularização Ambiental, (PRA), é:**

- a) A conversão definitiva de multas suspensas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.
- b) A isenção permanente de qualquer autuação por infrações cometidas antes, durante e depois do processo de adesão.
- c) A transformação automática das áreas regularizadas em unidades de conservação de proteção integral.
- d) A garantia de outorga de direito de uso de recursos hídricos, independente da análise técnica específica.
- e) A impossibilidade de exploração econômica do imóvel, por um período mínimo de dez anos.

**62. Qual das alternativas melhor descreve o arranjo denominado como Cooperativa Singular da Agricultura Familiar?**

- a) Aquela em que, no mínimo, 30% dos cooperados são agricultores familiares com inscrição ativa no CAF.
- b) Aquela em que mais da metade dos votos na assembleia geral pertence a agricultores familiares com inscrição ativa no CAF.
- c) Aquela que comprove que o quadro de cooperados é constituído por, no mínimo, cinquenta por cento de agricultores familiares, com inscrição ativa no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, (CAF).
- d) Aquela que comprove a totalidade das pessoas jurídicas associadas, com inscrição ativa no CAF e, no caso de pessoas físicas associadas, comprove que o quadro é constituído por mais da metade de agricultores familiares, com inscrição ativa no

Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, (CAF).

e) Aquela que comprove que a soma dos agricultores familiares, com inscrição ativa no CAF, constitua mais de cinquenta por cento do quantitativo de cooperados, pessoas físicas de cooperativas singulares.

**63. A revisão da localização de uma Reserva Legal, já instituída em um imóvel rural paulista, pode ocorrer apenas se destinado à agricultura familiar, ou atividades de baixo impacto ambiental, desde que cumpridos determinados requisitos. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresente uma condição obrigatória para tal revisão.**

a) É necessário que o imóvel rural não esteja inserido no Programa de Regularização Ambiental, (PRA).

b) A revisão pode ser solicitada quantas vezes forem necessárias, desde que haja ganho ambiental comprovado.

c) A nova localização deve, obrigatoriamente, incluir Áreas de Preservação Permanente, para fortalecer a proteção ambiental.

d) A alteração deve implicar a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo, justificando a mudança.

e) A nova área deve possuir tipologia vegetacional, solo e recursos hídricos semelhantes ou em melhores condições ambientais que a anterior.

**64. Para os efeitos do Programa Agro Legal, considera-se como área consolidada aquela que possui qual destas características?**

a) Área de preservação permanente que sofreu degradação ambiental e aguarda processo de recuperação ambiental compulsória.

b) Área de imóvel rural com supressão de vegetação nativa autorizada por licença ambiental, emitida após a vigência do Código Florestal Federal.

c) Área de imóvel rural com edificações e benfeitorias para fins de moradia ou turismo rural, independente da data de implantação.

d) Área de vegetação nativa primária ou secundária em qualquer estágio de regeneração, não utilizada para atividade agropecuária.

e) Área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente, destinada à atividade agropecuária, anterior à data estabelecida pela lei estadual.

**RASCUNHO.**